

CARTA DA PRÉ-COP NORDESTE

10 a 12 de julho | Juazeiro/BA

A conversão ecológica, que se requer para criar um dinamismo de mudança duradoura, é também uma conversão comunitária (Papa Francisco. *Laudato Si'*, 219).

Em cumprimento de nossa missão como seguidoras/es de Jesus na contemporaneidade, inspiradas/os pelo chamado do Papa Francisco para a defesa da justiça climática e o cuidado com a Casa Comum, 91 representantes de 36 dioceses, das pastorais sociais e de comunidades e grupos com quem trabalhamos, na Macrorregião Nordeste, reunimo-nos no Centro de Treinamento de Líderes – CTL da Diocese de Juazeiro/BA, entre os dias 10 e 12 de julho de 2025, na **Pré-COP Nordeste**, convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, em preparação à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP30, que será realizada em Belém/PA, de 10 a 21 de novembro de 2025. Fundamentadas/os na Doutrina Socioambiental da Igreja, em precursores nordestinos (Pe. Ibiapina, Antônio Conselheiro, Pe. Cícero, Santa Dulce dos Pobres, dentre outras/os) e em recentes encíclicas papais, animadas/os pela mística e espiritualidade libertadora, recuperamos o histórico das questões ambientais, com foco nos desafios e lutas sociais que explicitaram os efeitos nefastos das mudanças climáticas no planeta, provocadas por modelos de produção, extração e exploração calcados no lucro, na ganância e na irresponsabilidade com a Criação divina, próprios do sistema capitalista que se recicla sobre as crises que provoca, mesmo que se tornem terminais para o planeta e a humanidade. Diante disso, concluímos que é urgente exigir dos Estados, em especial na COP30, decisões por uma efetiva ação transformadora, baseada na solidariedade universal, suficientes para neutralizar as causas dos desastres climáticos, priorizando regiões e populações mais vulneráveis. Esse é um clamor profético que deve ecoar nos corações daquelas/es que não sentem as dores dos excluídos, pois essas dores, agora, e de maneira irreversível, estão entrelaçadas às dores de parto da Mãe Terra (cf. Carta aos Romanos 8,22).

Condoer-se com essas dores e assumir o verbo *esperançar*, que mais que *esperar*, é fazer acontecer o que é preciso, com criatividade e determinação, são atitudes que nos retiram da paralisia e nos desviam das falsas e enganosas soluções baseadas no “capitalismo verde”. Sob esse traçado ético, exigimos soluções que incorporem as

cosmovisões e práticas de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, e que sejam capazes de construir relações ecumênicas e interreligiosas para uma ampla comunhão entre diferentes confissões religiosas e suas experiências de cuidado. Sob essa perspectiva, devemos acolher aquelas/es que sofrem as violências intoleráveis do racismo, do machismo, do etarismo e da heteronormatividade e demais formas de discriminação. Esse esforço fraterno e sororal deve nos distanciar de uma visão antropocêntrica que nos impede de ter compaixão pelos demais seres da Criação divina. Uma verdadeira conversão ecológica não pode abandonar aquelas/es que são invisibilizadas/os e violentadas/os cotidianamente, para que não se tornem as/os novas/os mártires deste tempo, que já não pode separar o social do ambiental.

Com base nesses pressupostos, a partir da realidade vivida pela Igreja no Nordeste, propomos sete eixos de ação:

1. **Biomass e preservação ambiental:** com os nossos pés aterrados na Caatinga, no Cerrado e na Mata Atlântica com a sua zona costeira, profundamente preocupadas/os com a destruição do Rio São Francisco e dos outros rios que nutrem o Nordeste, exigimos a defesa urgente e irrestrita de todos os biomas e a valorização de suas sociobiodiversidades como meio incontornável para conter o avanço da crise climática, conforme apontam as evidências científicas e os saberes ancestrais. São pautas inegociáveis o combate à mercantilização das águas e à permissividade na concessão de outorgas e no uso de agrotóxicos; a efetiva revitalização do rio São Francisco, prometida e nunca cumprida, e a destinação gratuita de suas águas transpostas para as comunidades sedentas, como era o anunciado objetivo da obra da transposição. Na mesma perspectiva, o rechaço total ao Projeto de Lei 2.159/2021, o “PL da Devastação”;

2. **Justiça para Povos e Comunidades Tradicionais:** exigimos que o Estado abandone a sua posição histórica de omissão e conivência com as frentes de exploração do agro-hidronegócio, da mineração e das chamadas energias “limpas”, realizando finalmente a identificação, demarcação e titulação dos territórios indígenas, a titulação dos territórios quilombolas, das comunidades extrativistas, dos fundos e fechos de pasto e, também, dos territórios e “maretórios” das comunidades pesqueiras e marisqueiras em oceanos, lagos e rios, e a destinação de terras públicas e de desapropriação de latifúndios para a reforma agrária. Que sejam fortalecidos os órgãos de fiscalização ambiental e afins na direção da garantia dos direitos dos povos do campo, das águas e

das florestas, inclusive o direito à consulta prévia, livre e informada e de consentimento, conforme prevista na Convenção 169 da OIT;

3. **Transformação econômica e economias alternativas:** criação de circuitos econômicos alternativos, de base comunitária, favorecendo a agroecologia, a soberania alimentar e a economia popular solidária. Uma reforma tributária pautada na taxação das grandes fortunas e no alívio à tributação dos assalariados mais pobres. Uma auditoria cidadã da dívida pública, com suas significativas dimensões ecológicas;

4. **Educação e trabalho de base:** educação formal e informal que aborde efetivamente as questões socioambientais, as mudanças climáticas, a justiça ambiental e a conversão ecológica, sem perder de vista as formações continuadas e contextualizadas nas comunidades, paróquias e dioceses, baseadas num profetismo socioambiental e nas trajetórias das pastorais sociais e organismos eclesiais;

5. **Diversidade, interseccionalidade e vulnerabilidade social:** reconhecer os impactos das violações estruturais contra as mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, populações racializadas, periféricas e em situação de rua. Nesse sentido, é imprescindível criar políticas públicas capazes de corrigir as desigualdades socioeconômicas produzidas historicamente com base nestas diferenças;

6. **Respeito à diversidade religiosa e ecumenismo:** como uma “Igreja em saída”, avançar no diálogo ecumênico e interreligioso. E que isto sirva de exemplo contra as intolerâncias que caracterizam a construção histórica social e política do nosso país;

7. **Articulações e redes de incidência política:** de forma alternativa às redes econômicas mundiais, que correlacionam países não só do Norte Global, mas também do Sul Global, construção de articulações de Ecologia Integral capazes de exigir a constituição de fundos para a reparação de danos socioambientais e amparo a populações vulneráveis vítimas de emergências climáticas. Também, nos espaços eclesiais e sociais – e entre eles – criar e fortalecer redes para troca de experiências e potencializar incidências políticas, inclusive seja este encontro estímulo para o fortalecimento da Articulação das Pastorais Sociais do Nordeste.

Propomos enfrentar esses desafios porque a resistência dos povos do Nordeste já colocou em curso a Ecologia Integral, o que nos dá certeza de que “o Reino de Deus já está entre nós” (cf. Lucas 17,21). Isso reforça nossa reivindicação de que a COP30 deve ser oportunidade, não para mais negócios em nome do clima, mas para decisões de ações concretas de defesa da Vida, antes que seja tarde demais. Assim, oportunidade

também para nossas Igrejas e toda a sociedade avançar na conversão ecológica e no cuidado com a Casa Comum.

Juazeiro, Bahia, 12 de julho de 2025.

Pré-COP Nordeste